

## Desafios para a sinodalidade em uma cultura eclesial marcada pelo gozo

*Prof. Dr. Sergio Douets*<sup>1</sup>

*Bill Clinton Nunes Silva*<sup>2</sup>

**Resumo:** Muitas vezes, por ingenuidade de análise ou por opção ideológica, se costumou analisar a relação entre a Igreja e a cultura (mundo) como duas realidades justapostas ou em permanente conflito. Tais posturas, só ajudam a camuflar as dinâmicas no interior da Igreja. Este trabalho busca problematizar, a partir de um ensaio de diálogo entre Teologia e Psicanálise, o desafio para a vivência da sinodalidade no seio da Igreja, no contexto de uma cultura cada vez mais marcada pelo gozo, fruto de uma crise de legitimação, que provoca processos de subjetivação cada vez mais deficitários, podendo serem observados os seus sintomas na dificuldade da vivência da sinodalidade, tanto no clero e na vida religiosa, quanto no laicato. A crise de legitimação, que afeta toda a cultura ocidental na contemporaneidade, interfere em todas as esferas das relações sociais, provocando uma profunda crise da função paterna na estrutura da subjetividade, gerando pessoas, cada vez, mais incapazes, estruturalmente, de construir e se subordinarem aos laços sociais, criando “corpos sem gravidade”, “vivendo juntos sem os outros”. Em tal contexto, a sinodalidade encontra desafios estruturantes para a sua realização na vida eclesial.

**Palavras-chave:** Gozo e religião, Sinodalidade e gozo, Sinodalidade

### INTRODUÇÃO

Tendo presente o apelo do papa Francisco por uma Igreja sempre mais sinodal, partiremos da provocante proposta de Jean Pierre Lebrun<sup>3</sup>, sobre uma “perversão comum” (LEBRUN, 2008a) na cultura contemporânea, fruto da “crise da legitimidade” na atualidade e a sua relação com a “crise da função paterna”. Em seguida, tendo presente a importância estruturante dessa “função paterna” para a construção dos laços sociais, problematizaremos alguns desafios, em tal contexto, para a prática da sinodalidade.

A Eucaristia, junto com o batismo, são os sacramentos por excelência da Igreja como *koinonia* (comunhão e participação) no corpo e sangue de Cristo, que tem os seus sinais visíveis na comunhão da fé com os sacramentos, com o credo e com o bispo. São João Paulo II, na Encíclica *Ecclesia de Eucharistia*, refletindo sobre uma passagem de São Paulo nos lembra que: “Pela comunhão eucarística, a Igreja é consolidada igualmente na sua unidade de corpo de Cristo. A este efeito unificador que tem a participação no banquete eucarístico, alude S.

1 Doutor em Teologia pela Westfälische Wilhelms Universität Münster/ Alemanha. Professor nos Programas de Pós-graduação de Ciências da Religião e Teologia, da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. E-mail: sergio.douets@unicap.br.

2 Mestrando no Programa de Pós-graduação de Ciências da Religião da UNICAP. E-mail: nunesbillclinton@gmail.com.

3 Doutor em Medicina, com formação em psiquiatra e psicanálise. É membro da Associação Freudiana da Bélgica e um dos fundadores da Associação Lacaniana Internacional.

Paulo quando diz aos coríntios: «O pão que partimos não é a comunhão do corpo de Cristo? Uma vez que há um só pão, nós, embora sendo muitos, formamos um só corpo, porque todos participamos do mesmo pão » (1Cor 10, 16-17). Concreto e profundo, S. João Crisóstomo comenta: «Com efeito, o que é o pão? É o corpo de Cristo. E em que se transformam aqueles que o recebem? No corpo de Cristo; não muitos corpos, mas um só corpo. De facto, tal como o pão é um só apesar de constituído por muitos grãos, e estes, embora não se vejam, todavia estão no pão, de tal modo que a sua diferença desapareceu devido à sua perfeita e recíproca fusão, assim também nós estamos unidos reciprocamente entre nós e, todos juntos, com Cristo ». A argumentação é linear: a nossa união com Cristo, que é dom e graça para cada um, faz com que, n'Ele, sejamos parte também do seu corpo total que é a Igreja. A Eucaristia consolida a incorporação em Cristo operada no Baptismo pelo dom do Espírito (cf. 1 Cor 12, 13.27) ” (*Ecclesia de Eucharistia*, n. 23).

É impossível comunhão com o Corpo de Cristo na Eucaristia sem, necessariamente, comunhão com o Corpo Místico de Cristo, que é a Igreja. Como nos lembra o papa emérito Bento XVI, no seu livro “*O novo povo de Deus*”: [...] a Igreja é o Corpo de Cristo e renova-se continuamente graças à Eucaristia. Na Eucaristia comemos todos o mesmo pão, por natureza numericamente um - Cristo, que não se deixa transformar em nossa substância corpórea, mas ao contrário, é ele que nos assimila no seu corpo e, por conseguinte, faz todos nós um único Cristo [...]. As consequências que daí resultam são deveras importantes. Para Paulo, a Igreja não é simplesmente Corpo místico, mas Corpo verdadeiramente de Cristo ou em outros termos, para Paulo, a expressão: “Corpo de Cristo” (isto é, os cristãos), não é apenas uma comparação ou uma metáfora, mas uma realidade que exprime a própria essência da Igreja” (RATZINGER, 2016, p. 109-110).

Aqui encontra-se a tensão fundamental entre a natureza da Igreja e o desafio da vivência desta fé no contexto atual, a partir da análise proposta por Lebrun, pois a sinodalidade só pode ser vivida a partir de subjetividades concretas, *ad intra* e *ad extra*, na instituição religiosa.

## 1 A CRISE DE LEGITIMIDADE NA ATUALIDADE

Algumas características marcam o contexto atual e interferem profundamente na autocompreensão do sujeito e nas suas construções de laços sociais. Jean-Pierre Lebrun, na sua análise sobre a cultura atual, buscando compreender as consequências das mutações dos laços sociais para as subjetividades contemporâneas, apresenta a “crise de legitimidade” como um elemento central, desencadeador de um complexo processo individual e coletivo na cultura. Para ele, compartilhando da análise de vários outros autores de perspectiva lacaniana, estamos assistindo a uma “crise da função paterna” com profundas consequências para a estruturação psíquica dos indivíduos e da cultura.

Há uma geração de pais que não reconhece para si a legitimidade de poder e de dever ter um papel de interdição para os filhos. Muitos pais hoje, pelo contrário, se sentem na

obrigação de estarem sempre em condições de atender a todos os pedidos dos filhos, chegando ao ponto de ter receio de ser desamado pelos filhos, se não conseguirem realizar os seus desejos (LEBRUN, 2008a, p. 21).

Tradicionalmente o pai, ou o seu representante, tinha como tarefa principal a educação dos filhos, hoje, ao que parece, a tarefa principal, para muitos pais, se tornou a de fazer tudo para ser “amando pelos filhos”, por isso, como afirma Lebrun, não querem mais arriscar o desamor e estão dispostos a ceder, na maioria de suas exigências, para não por em perigo o laço com o filho. Desta forma, os filhos são convidados a “tirar proveito disso”, para não terem que renunciar ao “todo-poder infantil” e ter que assumir o dever de crescer (LEBRUN, 2008a, p. 22).

Porém, a crise da legitimidade paterna é consequência de uma crise mais profunda e estruturante na cultura. Até certo tempo, não muito distante, o social no ocidente era organizado a partir do modelo religioso. Reconhecia-se a existência de um Deus e o lugar de transcendência era evidente. Esse Deus, como o transcendente que marcava a exceção era quem que dava suporte ao lugar do rei, do pai, do professor, do mestre, como representantes do interdito, que eram legitimados por esse lugar de transcendência, como a exceção estruturante das relações sociais e da constituição psíquica dos indivíduos (LEBRUN, 2008a, p. 24). Com a constatação da “morte de Deus”, entendida aqui como o fim de todo e qualquer fundamento a priori metafísico teológico, como a “morte do lugar de exceção”, a transcendência vai sendo cada vez mais deslegitimada, cabendo aos sujeitos, a partir de si mesmos, em múltiplos jogos hermenêuticos, buscarem plausibilidade para os seus laços sociais. Como afirma Lebrun (2008a, p. 26),

[...] a transcendência religiosa terá sido o ponto de apoio que permitiu que sociedades se sustentassem no vazio durante séculos. Mas, hoje, a ficção está nua [...]. Como a máscara caiu, estamos, pois, abalados. E confusos – a grande confusão – por não conseguir naturalmente discernir que existe uma diferença entre livrar-se de Deus e livrar-se do lugar que ele ocupava.

Do ponto de vista dos filhos, como observa Lebrun, nada espantoso que eles tentem evitar, a todo custo, passarem pela “dor de considerar os limites”, segundo ele,

Ele [o filho] ‘aproveita’ que os pais estão desviados de sua tarefa para se autorizar a se desviar também. Ele também se encontra desse modo inclinado a instaurar uma renegação, um ‘sei bem, mas, mesmo assim’ [...] Nada querendo saber dessa evitação, pais e filhos constroem assim o que é preciso chamar de comunidade de renegações (LEBRUN, 2008a, p. 30)<sup>4</sup>.

4 Renegação (*Verleugnung*) designa um mecanismo psíquico que torna possível recusar e aceitar uma pulsão ao mesmo tempo. Essa convivência dos opostos cria um mundo inconsistente em que os contrários não se opõem. Este processo é fruto de um processo de castração deficitário.

Aqui se encontra um elemento central para a compreensão do que se observa em determinados discursos religiosos que alimentam uma “perversão comum”, que se manifesta no cenário religioso.

## 2 A IMPORTÂNCIA ESTRUTURANTE DA “FUNÇÃO PATERNA”

Somos seres falantes e falar significa que não estamos mais em simbiose com a coisa (das Ding) e que, na verdade, nunca tivemos. A palavra revela a ausência, a fenda, a separação entre nós e a coisa (das Ding). A palavra busca dizer a ausência, o que falta, porém ela jamais conseguirá dizê-la plenamente. Nascemos, falamos a vida toda, morremos, mas não conseguimos dizer, de fato, plenamente, a coisa desejada. O futuro sujeito tem de passar por esse sistema. Estamos condenados a só nos exprimir, a só nos dizer, através da descontinuidade significativa e, portanto, a nos submetermos à estrutura desse sistema. Esse processo é complexo e determina toda a nossa estrutura psíquica. Pelo fato de falarmos, de sermos um ser falante, nós nunca seremos um sujeito pleno. Seremos sempre divididos pela linguagem, atingidos pela descontinuidade. Porém, esta tomada de consciência não é automática na nossa vida. Trata-se de um longo e complexo processo de subjetivação, que exige um preço e que o seu “pagamento”, por nós, é cada vez menos óbvio na sociedade contemporânea.

Cabia aos pais a introdução das futuras gerações no sistema da linguagem e a condição era a castração. Porém, em tempos líquidos, onde “é proibido proibir”, no qual o lugar de exceção vai sendo cada vez mais deslegitimado, quem ajudará as futuras gerações a fazer tal travessia?

Como nos lembra Lebrun (2010, p. 34), na castração, os gozos pulsionais, que caracterizam qualquer criança, devem encontrar um “não”, para que ela seja estrangulada e se reorganize de modo diferente a partir da perda do objeto, com a qual ela deve consentir e é isso que, em linguagem psicanalítica, se quer expressar com o termo “significante fálico”: ele mostra que o sujeito pagou a sua dívida com a linguagem e que renunciou ao objeto e não deixa mais que os seus gozos pulsionais organizem a sua existência.

Ora, é justamente a fragilidade de tal processo que Lebrun observa na atualidade, provocando o surgimento de um “neo-sujeito”, que pratica a renegação (*Verleugnung*) e evita a subjetivação, o que lhe permite aniquilar a alteridade do outro. A economia perversa engaja sujeitos num laço social em que funciona a *renegação (Verleugnung)* da falta. A sua subjetividade está organizada a partir dessa renegação (*Verleugnung*) assumida. Porém, temos que diferenciar: do lado do perverso há uma estrutura, do lado do neo-sujeito há evitação da subjetivação, na medida em que foge da castração, com elementos perversos. Como afirma Melman, com isso, vive-se a grande “festa dos gozos” (2008, p. 146). Segundo ele,

Em outras palavras, trata-se de uma maneira de, de uma vez só, reconhecer o que é e, ao mesmo tempo, não reconhecer. É preciso observar que, no contexto social atual, esse procedimento psíquico parece

predominante ali onde, ontem, era o recalque que com mais frequência era encontrado (MELMAN, 2008, p. 211).

Estaríamos diante do surgimento de um neo-sujeito que se organiza em comunidades em torno do gozo? O que tal fenômeno traz para a reflexão sobre o desafio da sinodalidade na Igreja? Levantaremos agora algumas questões sobre esta questão.

## CONCLUSÃO

A partir da constatação de uma “perversão comum”, proposta por Lebrun, e de um neo-sujeito marcado pela evitação da subjetivação, observa-se que o que está sendo oferecido, na luta de ofertas de bens simbólicos no campo religioso brasileiro é o gozo! A ilusão de um gozo pleno, de um mundo sem limites, sem finitude, sem dor. Um mundo no qual o “milagre” é a palavra-chave, como um “tampão” para livrá-los, a qualquer preço, do insuportável confronto com a falta, com o limite que os constitui.

Claro que a relação entre religião e gozo não é nova, porém, a novidade é a proporção e as características que essa relação vem assumindo. Há um “mercado religioso de oferta de gozo”, que alimenta uma clientela, em muitos grupos religiosos na atualidade. Trata-se de uma ressignificação da experiência religiosa judaico-cristã à luz do gozo.

A imagem de Deus que emerge das afirmações desse discurso é uma divindade, até certo ponto, presa, devedora, subordinada às suas próprias promessas. Deus se torna o responsável pela realização do gozo do fiel. A sua onipotência está comprometida com o cumprimento da realização de um mundo pleno, sem limite, sem sofrimento.

Deus, que durante séculos representou com a sua “lei” uma metáfora paterna estruturante da cultura ocidental, vai se tornando, para alguns grupos religiosos, submisso ao desejo de onipotência do sujeito, que se sente no direito de gozar da “Sua onipotência divina”, negando toda possibilidade de transcendência que exija dele, o confronto com a sua incompletude.

Se renega a exceção e a transcendência de Deus (da Lei), preservando os significantes e até muitos hábitos religiosos, ao mesmo tempo, que, de fato, se nega o seu lugar de exceção e transcendência, na medida em que a sua onipotência é reconhecida como o “todo poderoso” responsável e comprometido com a realização do gozo do fiel. Não estaremos aqui no núcleo de uma experiência religiosa de renegação (perversa), que vai na radical contramão de uma perspectiva sinodal para a Igreja?

O chamado à centralidade da sinodalidade na Igreja, atualmente feita pelo papa Francisco, nos convida ao exercício, nos vários âmbitos da vida eclesial, de nos confrontarmos com aspectos da vivência religiosa de muitos grupos dentro do cristianismo, marcada pelo “gozo de onipotência”, que impossibilita uma postura subjetiva aberta à sinodalidade.

## REFERÊNCIAS

LEBRUN, Jean-Pierre. *A perversão comum: viver juntos sem outro*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008a.

LEBRUN, Jean-Pierre. *O mal-estar na subjetivação*. Campinas: CMC Editora, 2008b.

LEBRUN, Jean-Pierre. *Um mundo sem limite*. Ensaio para uma clínica psicanalítica do social. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2007.

LEBRUN, Jean-Pierre. *O futuro do ódio*. Campinas: CMC Editora, 2010.

MELMAN, Charles. *O Homem sem gravidade*. Gozar a qualquer preço. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

RATZINGER, Joseph. *O novo povo de Deus*. São Paulo: Molokai, 2016.